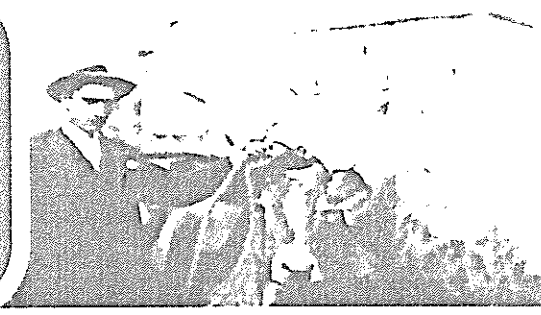


ACTAS DO
1º ENCONTRO
DE HISTÓRIA



VECTORES DE DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO AS FEIRAS > DA IDADE
MÉDIA A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

VILA DO CONDE



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas

Jorge Alves

*Professor Associado com Agregação no Departamento de História
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

FEIRA DE CASTRO

(Paulo Abreu Lima / Rui Veloso)

*Eu fui à Feira de Castro
P'ra comprar um par de meias
Vim de lá c'umas chanatas
E dois brincos nas orelhas*

*Vai acima, vai abaixo
Mais beijinho, mais bejeca
E lá se foi o capacho
Deixando o velho careca*

*As minhas ricas tamancas
Pediam traje a rigor
Vestido curto e decote
Por vias deste calor*

*Todo o testo quer um tacho
Mas como recordação
Apenas trouxe o capacho
Qu' iludiu meu coração*

*Quem vai à Feira de Castro
E se apronta tão bonito
Não pode acabar a Feira
Sem entrar no bailarico*

*Eu fui à Feira de Castro
Eu vim da Feira de Castro
E jurei para mais não...*

*Sem entrar no bailarico
A modos que bailação
Ai que me deu um fanico
Nos braços dum manganão*

Fado cantado por Mariza

Há canções que dizem tudo, ainda por cima com encantamento, como a «Feira de Castro», cantada pela Mariza. Vai-se à feira para comprar um par de meias e observem-se as aquisições na volta (chanatos, brincos) e o que se faz e cria no âmbito da ida à feira (traje a rigor, bailarico, ilusão...).

Espaço de troca, mas também espaço de sociabilidade, onde a festa, a animação, o prazer e o excesso ocupam um lugar preponderante, eis a feira tradicional. Imagem da tradição, como se concilia a feira com a modernidade?

A visão negativa sobre as Feiras

Nos economistas emergentes nos finais do século XVIII e inícios do XIX a feira tem uma representação negativa, pois ela representa o luxo, o apelo ao consumo, o gasto supérfluo, a distração do trabalho, o contrário da austeridade e do sentido de rigor preconizados para o aumento da produção de riqueza, que deveria centrar-se na produção de «géneros comuns». Na sua obra *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, David Justino já rastreou esse tipo de posições em autores como Vila Nova Portugal, Louis Ferrari Mordau, José Silvestre Ribeiro ou Alexandre Herculano (1).

Mas essas posições também comportam uma dimensão de moralismo, de quem vê nos excessos do povo e na sua apetência recreativa um problema de organização social, na mesma linha com que Lima Bezerra, nos seus *Estrangeiros do Lima*, dos finais do século XVIII, já apostrofava a multiplicidade de romarias e dias santificados que originavam longas jornadas para assistir a sucessivas festas e folias, com as consequentes perdas de trabalho e excessos de vida.

Mas as feiras e romarias, que tantas vezes convergiam em actos, cumpriam ambas, para além das suas funções essenciais, uma outra função, a de representação social. As pessoas mostravam-se, apresentavam-se com os seus melhores fatos e apetrechos, em cenários de multidiversificada interacção, incluindo a demonstração da emancipação juvenil: bandos de rapazes revelavam, por vezes através do conflito, que eram homens. E mesmo as raparigas tinham na feira um espaço de afirmação. Lembremos os «Treze Anos, de António Feliciano de Castilho: «Já não sou Anita, / como era primeiro (...) Nos serões já canto, / nas feiras já feiro»...

E a feira era ainda uma exposição para os homens rurais, enquanto produtores de pecuária, pois muitas vezes levava-se o gado à feira apenas para o mostrar, em efeitos de despique e de emulação social, sem intenção de venda, aproveitando para uma avaliação do produto conseguido.

(1) Justino, David – *A Formação do Espaço Económico Português, 1810-1913*, 2 volumes. Lisboa: Vega, 1989.

Todavia, para os moralistas, a feira cumpria para o lavrador um efeito recreativo, e por consequência, perverso e patológico, semelhante ao que a taberna representaria mais tarde para o operário...

Não faltam ainda as arruaças de sentido político, que se tornaram moda dos primeiros tempos liberais, cujos protagonistas partidários aproveitavam a concentração de gente para passar a mensagem política de propaganda. Ou os motins relacionados com a oposição a reformas inovadoras, como os que aconteceram contra a introdução do sistema decimal de pesos e medidas, cuja uniformização suscitou tantas resistências. Há notícias de ambos os tipos para as feiras de Vila do Conde!

Estava-se em fase de transição económica e social... E assim, a feira, no seu enraizamento medieval, era vista, num registo elitista, como sintoma de atraso na organização do trabalho, uma evidência da fragmentação local e regional do mercado e da sua falta de articulação nacional. Considerava-se que a substituição da feira pelo mercado era inevitável, no interesse tanto de produtores como de consumidores, pois o mercado permitiria uma disponibilidade permanente dos bens em comércio e uma focalização exclusiva na função de troca.

A visão positiva sobre as Feiras

Como lembrava Virginia Rau, «Se ainda hoje é possível a existência dessas reuniões periódicas por todo o território português (...) e se subsistem (...) é porque elas representam o seu papel na economia da Nação e vários pequenos produtores encontram neles a melhor forma de colocação e distribuição dos seus produtos e artefactos» (artigo «Feiras», *Dicionário de História de Portugal*).

Eis o que me parece evidente: as feiras ainda hoje são um nicho de mercado para pequenos produtores e pequenos comerciantes apresentarem os seus produtos, quando não conseguem ou não têm dimensão para integrar outras redes de negócio.

Por isso mesmo também sempre houve quem apresentasse leituras mais positivas sobre as feiras, do ponto de vista económico. É o caso de Ferreira Borges, revolucionário do liberalismo e autor do primeiro Código Comercial (1833). O que é uma feira? Se fizermos essa pergunta a Ferreira Borges, ele dá-nos uma resposta através do seu *Dicionário Jurídico Comercial*, editado em 1856, embora elaborado nos anos 20/30, logo no limiar da sociedade liberal:

«Feira – mercado grande, público, em que se vende toda a casta de mercadorias em certo tempo, uma ou mais vezes por ano. Só o governo pode acordar a licença de abrir feira. E costuma preceder informação de *commodo et incommodo*. A nossa concessão baixa pelo Desembargo do Paço, ouvidas as câmaras. Há feiras em que se pagam direitos pela entrada, ou vendas das fazendas e géneros, e outras que são francas (...).

As feiras são de mui remota idade: para as animar, antigamente uniam-nas a um orago, e era junto dos adros e igrejas que se estabeleciam. Os mercados, isto é, as feiras menores e mais amiudadas removeram ou pelo menos diminuíram muito as antigas feiras. Entretanto, a sua utilidade é inquestionável: por meio delas reúnem-se produtos, facilitam-se as trocas, dá-se a competência, e tenta-se e alcança-se um maior consumo e circulação. Num país de comércio interno muito adiantado, em país de boas estradas, e canais, pode a sua utilidade ser de não grande consideração: porém num país atrasado, cujas povoações são outras tantas ilhas não comunicáveis, as feiras são um meio de instigar a abertura de estradas e comunicações, de introduzir a civilização e de igualar a necessidade e riqueza dos povos».

E mercado, como o perspectiva o mesmo jurista vocacionado para as questões económicas?

«Mercado – feira, lugar público onde se vende toda a casta de coisas necessárias para a subsistência e comodidade da vida (...) o mercado difere da feira em que o mercado é só relativo a uma cidade ou vila em particular: enquanto que a feira respeita a uma ou mais províncias».

Temos, portanto, feiras, como encontros espaçados e por isso de participação extensiva, e o mercado, como espaço circunscrito mas permanente. Mas uma das diferenças residia no feirante: quase sempre de origem exógena, deslocando-se de zonas distantes, circulando de feira em feira, não garantia a boa fé que o comerciante local, ao invés, podia assegurar. Falta de escrúpulos, era uma acusação habitual, embora haja notícias também do contrário: práticas de crédito significativas, assentes na palavra, como se verificava nos curtumes, onde os fornecedores voltavam no ano seguinte a receber os valores do ano anterior (Feira de Viseu).

No mapa das feiras, destacavam-se as anuais pela sua capacidade de mobilização de gente de vários lados, realizando-se normalmente na fase pós-colheitas, do S. Miguel ao S. Martinho. A feira era a festa. Veja-se uma notícia relativa à feira de Penafiel:

«Estão próximas as célebres feiras de S. Martinho; as barracas estão já armadas no respectivo campo, as colheitas foram magníficas, o comércio tem feito sortimentos importantes e, sem o sol, a concorrência seria diminuta; que Phebo,

pois, se não desdoure por todo este mês ou que S. Martinho traga o seu verão, eis o que é indispensável, o que é essencial. A feira costuma ser acompanhada do jogo; ano passado a autoridade proibiu-o e veio até a polícia do Porto para obstar ao desenfrear dessa paixão criminosa, nós aplaudimo-la deste lugar; confiamos que este ano também ela saberá cumprir a sua missão» Penafiel, *O Comércio do Porto*, 5.11.1881).

As feiras traziam às povoações a «jovial animação» de que falava Eça de Queirós, a propósito da de Évora, descrevendo um «cor-tejo ruidoso de divertimentos, de teatros, de bailes, de galanterias, de touros e também um pouco de lucros e de comércio» (referido por Justino, D., ob. cit. p., 272).

Os relatórios oficiais sobre as Feiras

Mas algumas feiras eram tão importantes do ponto de vista económico que a autoridade central (através da hierarquia administrador do concelho/governador civil) fazia relatórios sobre elas os quais eram impressos no *Diário do Governo* e, a partir daí, transcritos por outros jornais. Por exemplo, em 1854, a feira de Viseu ocupava quase toda a primeira página do jornal *O Comércio*, num volume de informação de que importa registar alguns extractos, até pelas marcas da política de comunicações então em acesa discussão na opinião pública, a que o modelo fontista veio dar expressão:

«Aproximadamente calculou-se em mil contos de réis o valor dos objectos que apareceram na feira, e daqui pode deduzir-se a quanto chegava em outros tempos o movimento dela, quando o consumo só se reservava para esta ocasião, e se não fornecia pelo ano adiante, como hoje sucede, e de que são prova os estabelecimentos comerciais e de indústria, que a província alimenta. A importância das feiras vai descendo: muitas estão anuladas para grande parte dos antigos concorrentes. Este sucesso prova que o país vai melhorando em todos os ramos pois que é uma face de melhoramento o serem substituídas as feiras pelos mercados ordinários. Quanto mais as comunicações se forem facilitando, quanto mais o mercado abrirá mercados regulares, regularizando e multiplicando as remessas e acudindo de mais pronto ao consumidor. As feiras desaparecem à maneira que se as comodidades num país e que os seus interesses caminham para a civilização. Mas é às feiras que o comércio e indústria deveram o seu grande desenvolvimento, já pela competência das artes, já pela segurança do consumo que ofereciam».

O essencial da informação reside, contudo, na expressão estatística dos dados apresentados, relativos aos produtos em oferta e sua expressão quantitativa.

Notas estatísticas da Feira de Viseu, 1854

Estabelecimentos	N.ºs
De 1.ª ordem:	
Panos a retalho	15
Panos por atacado	10
Fazendas brancas	27
Ourives	11
Chapeleiros	19
Retroseiros	9
Atacadores	12
Seleiros e correeiros	10
Ferreiros	8
Sapateiros	14
Tamanqueiros	12
Quinquilharias	3
Fato feito	1
Sola por atacado	7
Bezerros por atacado	7
Ferro por atacado	5
Mercearia por atacado	1
Relojoeiros	3
De 2.ª ordem:	
Tendas com fazendas brancas e miudezas	247
Algodões	11
Toalhas e guardanapos	4
Louça	6
Caldeireiros	7
Obras de latão	7
Funileiros	3
Estampas	2
Linho por atacado	1
Merceiros a retalho	7
Sola de retalho	11
Carneiras e pelicas	13
Ferramentas de agricultura e outras ferragens grosseiras	14

Estabelecimentos	N.ºs
De 3.ª ordem:	
Adeleiros	120
Atafaleiros	3
Albardeiros	6
Panos da serra	22
Cobertores nacionais	5
Teias de linho	460
Pez	3
Vidros	3
Cereais	3
Casa de comida	21
Ditas de bebida	15
Peixe de escabeche	9
Sardinha	4
Amêndoa	20
Pera seca	29
Gado cavalari	572
Potros espanhóis	34
Gado muar	431
Dito bovino	1600
Bezerros	2000
Obras de marcenaria	1
Ditas de carpintaria e tanoeiro	5

Para além de outros dados quantitativos, indicadores da naturalidade dos negociantes e do local de fabrico mostram-nos o papel polarizador das feiras (chamando negociantes que se deslocavam a Viseu a partir de uma área vasta, desde Braga e Guimarães até à Figueira da Foz e Espanha), bem como um papel de difusão de produtos (além dos produtos nacionais, havia os de França, Inglaterra Espanha). Sabe-se como as feiras foram importantes para as indústrias nascentes, nomeadamente os têxteis. Nesta feira de Viseu, os produtores de lanifícios da Beira são referenciados como tendo negociados cerca de 115 contos de réis (mais de 10% do volume total de negócio).

Mais tarde, nos finais do século XIX e inícios do século XX, as feiras revelaram-se como um campo de negócio fundamental para

os industriais do Vale do Ave (Narciso Ferreira, de Riba d'Ave, que se tornaria no maior industrial do Norte nas primeiras décadas do século XX, ocupava-se, nos seus primeiros tempos, a vender pelas feiras os tecidos fabricados na sua indústria-oficina).

O controlo oficial sobre as Feiras

Com a organização administrativa liberal, o acto de estabelecer, suprimir ou mudar feiras e mercados competia à câmara municipal, mas na hierarquia dos poderes autárquicos então prevaletentes, essas deliberações teriam de ser acordadas e confirmadas pela junta geral do distrito. O ordenamento das feiras não podia ser objecto de ordens dirigidas a um funcionário, mas teria de ser objecto de posturas ou regulamentos.

O enquadramento legal das feiras era objecto do Código Administrativo art. 123, 125 e 216): a criação, supressão e mudança de feiras e mercados dependia da deliberação das câmaras, mas carecia de aprovação ou confirmação da junta geral. Esta regra teve de ser lembrada múltiplas vezes, dada a tendência das câmaras para prolongarem as feiras, derivando daí conflitos com a autoridade executiva (administrador do concelho e governo civil). Por exemplo, o governo teve de invocar a lei em 13 de Novembro de 1868, para arbitrar um conflito entre a Câmara de Belém e o administrador, que fizera desarmar as barracas que se mantinham armadas para lá do prazo legal (1 de Outubro a 1 de Novembro), com o beneplácito pontual da câmara, com o pretexto de poderem acompanhar as cavalhadas (torneio a cavalo em que os cavaleiros ganhavam prémios tocando com paus em objectos suspensos), sem confirmação da junta geral do distrito.

Como dizia Ferreira Borges, as feiras pressionavam a mobilidade interna e a livre circulação. Sublinhemos que a abolição de passaportes internos só ocorreu pela lei de 23.4.1862, embora a sua prática fosse praticamente «letra morta», com as autoridades a tolerarem a contravenção, como se reconhecia no preâmbulo da lei. A criação de estradas e da linha férrea respondiam também às feiras que se repetiam em ciclos mais curtos (mensais, quinzenais, semanais).

Entretanto, muitas feiras iam-se transformando em mercados: a periodicidade semanal, às vezes bi-semanal, e a coexistência com

outras feiras próximas davam-lhe frequentemente a configuração de um mercado precário, em que os tendeiros tendiam a fazer uma só feira e a instalarem-se gradualmente no seu espaço próximo. Foi o que aconteceu no Porto, como nos revela a tese de José Alberto Rio Fernandes, subordinada ao estudo do comércio urbano, *Porto, cidade e comércio*. A terminologia nem sempre acompanha a distinção funcional: há documentos que referem feiras para situações de apresentação diária de produtos, geralmente bens alimentares, que já se devem enquadrar no conceito de mercado. Daqui decorreu uma pulverização das feiras grandes, desmultiplicadas em feiras específicas: feira dos moços, feira das caixas, feira do gado, feira do pão... E multiplicaram-se também as confusões, nomeadamente ao nível da definição dos espaços e dos agentes (confusão entre feirantes, vendedores ambulantes e comerciantes com estabelecimento fixo), com as feiras a migrarem à medida que crescia ou se reorganizava a malha urbana, como mostra Henrique Duarte e Sousa Reis no seus *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto*.

Com menor dinâmica, a alteração das feiras também se verificou em Vila do Conde.

Calendários das Feiras em Vila do Conde

Não pegando nas notícias mais antigas, que podem ser lidas na literatura e na imprensa local, vejamos algumas etapas desse movimento.

Concelho de Vila do Conde, em 1855 (segundo o mapa do relatório da Junta Geral): dias de realização, localidades, data de criação e géneros à venda:

➤ 25 de Março de cada ano, em Bagunte, junto à freguesia de Santa Ana: gado pão, vinho e tendas.

➤ Segundas feiras, de tarde, de 15 em 15 dias, em Vairão, lugar do Crasto: gado bovino e suíno.

➤ 3, 12, 20 de cada mês, não sendo santificado, e sendo no dia seguinte, no Campo da Feira, Praça Nova e Largo do Carmo de Vila do Conde (são apresentadas como datas da sua criação, respectivamente, 1589, 1823, 1705). Produtos: gados, aves, trigo, centeio,

milho, feijão, cevada, batatas, e outros géneros de consumo, frutas, hortaliças, peixe seco, carne de porco, fazendas brancas e chapéus, calçado, linho, ferragens, jóias de ouro e prata e outras «muitas mais miudezas».

Já o *Almanak do Porto e seu Distrito*, em 1905, apresenta para Vila do Conde, na rubrica mercados:

- Nos dias 3, 12, 20 e 27 de cada mês, não sendo domingo ou dia santo, nesta vila.
- Às quartas – feiras, no lugar da Lameira, da freguesia de Mosteiró.
- Às segundas feiras, alternadamente, isto é, uma segunda-feira no lugar de Crasto, da freguesia de Vairão, e na outra segunda-feira no lugar de Santa Apolonia, da freguesia de Malta.
- No dia 25 de Março, feira anual no lugar de Santa Ana, da freguesia de Bagunte.

Por sua vez, o *Relatório da Junta de Província do Douro Litoral*, em 1937, relativamente às feiras e mercados de Vila do Conde, já dizia apenas o seguinte:

- «Semanais, às sextas-feiras, a que concorrem diversíssimos géneros. São notáveis pela grande quantidade de gado vacum que a eles concorrem».

Deve ainda notar-se que nas vilas e em algumas aldeias oitocentistas (e ainda novecentistas) as feiras eram objecto de particular atenção camarária, com os seus espaços mais cristalizados, daqui derivando alguns dos espaços verdes que ainda hoje se podem usufruir como logradouros comunitários, que resistiram assim à voragem da urbanização.

Enfim, ao longo do século XIX, o conceito de feira desvalorizou-se, dada a sua conotação com arcaísmo económico, mas isso só se verificou gradualmente, pois muitas persistiram (e ainda persistem) em muitas zonas do País. Prevalciam como fundamentais nos encontros entre produtores e consumidores de ambiência rural e artesanal, embora as preocupações sanitárias, nomeadamente com as epizootias do gado, as tenham limitado.

A recuperação da ideia de Feira

Note-se que as grandes indústrias encontraram formas alternativas de se exibirem: as exposições industriais fizeram esse papel no século XIX, mas rapidamente se discutiu o seu papel, pois davam prejuízos: divulgavam-se produtos, mas não se vendiam, perdendo-se ótimas oportunidades de negócio. No pós-primeira guerra mundial esta limitação comercial das exposições industriais tornou-se evidente, de tal forma que os industriais romperam com as exposições para encontrarem um novo conceito no século XX: as feiras industriais (Feira Industrial do Porto, em 1920). Esse conceito tem sido trabalhado até aos dias de hoje, sendo responsável pela emergência de um novo tipo de serviços, com empresas e associações a construírem pavilhões para o efeito, criando eventos onde o princípio de interacção festiva e recreativa está de novo presente, tendo sido recuperado e adaptado aos novos tempos.

É, no fundo, ainda a ambiência recreativa de feira que podemos respirar em centros comerciais e grandes superfícies, na sua concentração de valências, onde as novas tascas estão ao lado das novas tendas de roupa e de outros objectos, tendo em paralelo novas formas de lazer como é o cinema, implicando novos conceitos de compra. Neles entramos muitas vezes para passear, mas saímos com produtos além do estritamente necessário, pois os objectos de consumo, estrategicamente colocados por técnicas estudadas de marketing, entram pelos olhos e captam a atenção e a bolsa... Não é por acaso, que algumas grandes superfícies promovem feiras específicas de produtos e outras até vão mais longe ao incorporarem essa referência na sua própria designação (ex: Feira Nova). Se comprar é um acto de necessidade, vender é uma arte... e não há como a ambiência festiva da feira para que o potencial consumidor sinta a compra como um acto de participação e integração social, descurando, porventura, o seu sentido pessoal de economia.

A revitalização de feiras específicas ao nível municipal no âmbito do artesanato ou de produtos regionais, procurando animar (ou seja, dar alma, vida) a certos nichos de criatividade ou de resiliência locais, não escapa também a essa nostalgia da troca embrulhada num celofane de festa. E, nesta medida, o conceito de feira, servido em novas roupagens, será sempre um conceito actual, para servir em todos os tempos...